



SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 86, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

AUTORIA: Comissão de Esporte



[Página da matéria](#)



INDICAÇÃO Nº , DE 2025

Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir ao Ministério da Educação (MEC), em articulação com o Ministério do Esporte (MEsp), a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos dos artigos 133 e 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com as sugestões e recomendações emanadas pela Comissão de Esporte no processo de avaliação da política pública “Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR)”, realizado ao longo do ano de 2025. Participaram do processo: o Ministério do Esporte, representado pela Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), coordenadores de núcleos federais (IFES) e beneficiários do programa, que apresentaram sugestões para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do PPBR, de modo a consolidá-lo como uma política de Estado voltada à democratização do acesso ao esporte para pessoas com deficiência.

As recomendações propostas são as seguintes:

1. Criar modalidade de auxílio logístico-adaptado no âmbito do Programa Caminho da Escola, para garantir que os Núcleos de



Atendimento do PPBR tenham recursos perenes e interministeriais para viabilizar o deslocamento dos beneficiários, por ser o acesso logístico componente essencial para a eficácia e continuidade da política pública; e

2. Vincular o apoio administrativo e financeiro da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) do Ministério do Esporte (MEsp) a investimentos qualificados na capacitação e gestão do conhecimento de gestores locais do PPBR, para garantir hígidez na análise de dados, na execução e no monitoramento do programa.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal, no exercício da sua competência constitucional prevista no art. 71 da Constituição Federal e em cumprimento às suas atribuições de fiscalização e avaliação de políticas públicas, avaliou o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

A avaliação foi conduzida pela Comissão de Esporte, sendo formalizada em atenção aos Requerimentos nº 6, de 2025, e nº 40, de 2025, de autoria da Comissão de Esporte (CEsp). O objetivo central dessa avaliação, realizada em audiência pública interativa, em 14 de outubro de 2025, foi debater o PPBR e obter informações necessárias para o aprimoramento do programa, que se consolidou como uma política pública inédita e essencial para a democratização do acesso ao paradesporto para pessoas com deficiência.

Neste processo de avaliação da política pública, foram ouvidos diversos atores, tais quais representantes do Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), e o Núcleo Gestor do PPBR; além de Coordenadores de cada um dos dez Núcleos de Atendimento do PPBR. Tão relevante quanto os apontamentos desses participantes foram os dos beneficiários do PPBR, pessoas diretamente assistidas, como a Sra. Rosenilda Aoyama, que puderam relatar tanto os problemas quanto os avanços do programa.

O relatório final da Comissão consolida esses achados, detalhando o progresso significativo no estabelecimento da rede colaborativa e identificando os caminhos e soluções. A avaliação culminou em um conjunto de recomendações para melhorias futuras, incluindo a necessidade



de realizar uma investigação mais aprofundada sobre os desafios específicos encontrados durante a implementação em 2025; de intensificar os esforços para coletar e divulgar dados sobre as taxas de participação de mulheres e meninas; e de continuar a apoiar e monitorar as iniciativas de formação profissional.

Muitas das recomendações são de ordem administrativa, cabendo ao Poder Executivo implementá-las. Encaminhamos, portanto, à consideração de Vossa Excelência. Gostaria, antes de tudo, apresentar a seguinte justificação para a criação da modalidade de auxílio logístico-adaptado no Programa Caminho da Escola, ora proposta:

V. Excelência certamente se lembra de como a barreira logística do transporte afeta a participação plena das pessoas com deficiência (PcD) em programas sociais e esportivos. Nesse sentido, reitera-se que o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) busca expandir o alcance e a equidade no acesso ao paradesporto, da iniciação ao alto rendimento, especialmente em regiões onde a oferta de ações e a produção de conhecimento são reduzidas.

No entanto, a falta de transporte adaptado ou de recursos para custeá-lo tem sido identificada pelos Núcleos de Atendimento do PPBR como um dos principais obstáculos à frequência e à permanência dos beneficiários. Iniciativas criativas, mas pontuais, como o contato com Secretarias Municipais de Educação para liberação de acesso a transportes estudantis, são executadas pelos núcleos. De todo modo, a falta de acesso ao transporte público adaptado continua a ser um problema "não resolvido" em alguns locais.

Devido a essa fragilidade logística, a política pública, que visa construir um caminho pautado em oportunidades, tem sua eficácia comprometida pela incapacidade de garantir o acesso físico aos centros de excelência localizados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A articulação com o Programa Caminho da Escola, sob o Ministério da Educação (MEC), permitiria uma solução interministerial, estrutural e permanente, alinhada com a possibilidade de a unidade descentralizadora autorizar a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal.

A partir da celebração dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), que preveem o desenvolvimento do Projeto Rede de Apoio ao Paradesporto, houve a liberação de créditos orçamentários pela Secretaria



Nacional de Paradesporto (SNPAR) do MEsp para o fomento das atividades. Contudo, a ausência de recursos específicos para o transporte coloca em risco a continuidade e a execução do objeto do TED, que pode ser até mesmo rejeitado total ou parcialmente pela unidade descentralizadora.

O governo de V. Excelência tem a oportunidade de brilhantemente interromper essa vulnerabilidade logística, aproveitando a permissão de subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal e integrar uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola, garantindo o acesso dos beneficiários do PPBR e consolidando ambos os programas como modelos para futuras políticas públicas de inclusão social.

Não podemos permitir que o esforço de consolidação do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), focado em promover a saúde, a inclusão social e o esporte em regiões historicamente desassistidas, seja ameaçado pela instabilidade logística e administrativa do ciclo político-orçamentário.

Ao invés disso, temos que instituir uma política pública perene de apoio, garantindo o acesso e a sustentabilidade dos Núcleos de Atendimento. A pergunta é: o PPBR conseguirá sustentar seu impacto e sua rede de atendimento se a barreira do transporte não for solucionada de forma estrutural, expondo o programa ao risco de interrupção logística?

A solução logística e de sustentabilidade do PPBR não deve depender apenas do orçamento do MEsp. Devemos aproveitar a parceria interministerial e o esforço de articulação com o MEC para a criação de uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola.

Igualmente, não podemos perder o esforço atual de investimento e a produção de conhecimento técnico, pedagógico e científico fomentada pelo programa. Faz-se necessária a produção de relatórios trimestrais e finais, contendo a avaliação de satisfação e o Relatório Final de Cumprimento do Objeto. A rejeição, total ou parcial, do Relatório de Cumprimento do Objeto pela Unidade Descentralizadora pode gerar ajustes no Plano de Trabalho e até mesmo a instauração de tomada de contas especial.

Ao se exigir o treinamento contínuo das equipes de execução e a capacitação dos gestores no uso de plataformas como o POWER BI,



garantimos que a gestão do conhecimento e a produção científica sirvam como contrapartida efetiva do investimento.

Pelo exposto, solicito que V. Excelência aceite esta Indicação, pois entendemos que a criação de mecanismos perenes de apoio logístico e financeiro ao Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), como a modalidade sugerida de Auxílio Logístico-Adaptado, é fundamental para o futuro da inclusão social e esportiva, bem como para ampliar a produção de conhecimento sobre a pessoa com deficiência no País.

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 11, DE 2025

Da COMISSÃO DE ESPORTE, sobre o Requerimento nº 6, de 2025, que Requer que a Comissão de Esporte avalie o Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025.

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros

RELATOR: Senadora Mara Gabrilli

03 de dezembro de 2025





Comissão de Esporte

RELATÓRIO FINAL Nº - CEsp, 2025

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

COMISSÃO DE ESPORTE

**“PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE (PPBR)”, DO
MINISTÉRIO DO ESPORTE (MEsp)**

Brasília, 11 de novembro de 2025



Sumário

1. Sumário Executivo	4
2. Introdução	5
3. Implementação da Rede Colaborativa do PPBR	9
4. Atividades Paradesportivas Oferecidas pelo PPBR em 2025	10
4.1 Catálogo de Modalidades por Núcleo	11
4.2. Análise da Distribuição Geográfica e Diversidade	11
5. Produção Científica e Resultados Iniciais	12
5.1 Fomento à Pesquisa e Capacitação	12
5.2 Mapeamento da Produção Científica	12
5.3 Análise dos Resultados Iniciais	15
6. Participação de Mulheres e Meninas com Deficiência	16
6.1 Análise dos Dados de Participação em 2025	16
6.2 Destaques Específicos sobre a Participação Feminina:	17
6.3 Estratégias de Monitoramento e Evolução:	18
7. Formação Profissional em Educação Física e Áreas Correlatas	18
7.1 Estrutura de Formação dos Bolsistas	18
7.2 Experiências Práticas e Desenvolvimento de Competências	22
7.3 Impacto na Formação Acadêmica e Profissional	22
8. Impacto Preliminar na Saúde e Qualidade de Vida	23
8.1 Evidências Qualitativas dos Beneficiários	23
8.2 Coleta de Evidências Quantitativas	24
8.3 Análise Preliminar do Impacto	24
9. Desafios e Pontos Fortes do PPBR em 2025	24
10. Conclusão e Recomendações	28
10.1 Resumo das Conclusões	28
10.2 Recomendações para o Futuro	29
ANEXO I - Indicação	33



1. Sumário Executivo

Este relatório apresenta uma avaliação estratégica do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) do Ministério do Esporte (MEsp) durante o exercício de 2025, por meio do Plano de Trabalho da Senadora Mara Gabrilli aprovado pela Comissão de Esporte (CEsp) do Senado Federal, atendendo ao Requerimento nº 6, de 2025, também de autoria da Senadora.

O objetivo é analisar a implementação, as atividades, os resultados e os desafios do programa, por meio da consolidação de informações de seus dez Núcleos de Atendimento, do núcleo gestor e de audiências públicas, a fim de fornecer um panorama claro de seu desempenho e impacto como política pública.

As principais conclusões desta avaliação estão sintetizadas abaixo:

- i) **Estrutura e Governança da Rede:** O ano de 2025 marcou a efetiva consolidação da rede colaborativa sob a gestão do Núcleo Gestor sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que iniciou suas atividades em janeiro. A padronização dos relatórios de atividades e das fichas de avaliações físicas, implementada de forma coletiva, representa um marco na gestão do programa, ao permitir a coleta e análise de dados de forma coesa e centralizada.
- ii) **Alcance e Atividades:** O programa foi implementado com sucesso em dez Núcleos de Atendimento distribuídos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cumprindo seu objetivo de descentralização. A oferta de uma gama diversificada de modalidades, incluindo esportes paralímpicos e não paralímpicos, permitiu um alcance expressivo, com diversos núcleos superando as metas iniciais de atendimento, a exemplo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que atendeu 109 beneficiários, superando a meta de 100.
- iii) **Produção Científica e Formação:** O PPBR demonstrou êxito na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Essa sinergia se materializou na expressiva produção de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, capítulos de livros e manuais pedagógicos. Além disso, o programa se destacou na capacitação de estudantes



bolsistas, que recebem formação teórica e prática, qualificando a futura geração de profissionais para atuar no campo do paradesporto.

- iv) Impacto Social e Desafios: O impacto na vida dos beneficiários é marcadamente positivo, conforme evidenciado por depoimentos que ressaltam a melhora no bem-estar, a criação de laços comunitários e o sentimento de pertencimento. No entanto, desafios persistentes foram identificados, com destaque para a dificuldade de transporte, apontada como a principal barreira à participação, e os atrasos recorrentes na liberação de recursos financeiros, que afetam o planejamento e a execução das atividades nos núcleos.
- v) Equidade de Gênero: O programa monitora ativamente sua meta de alcançar 50% de participação feminina. Em agosto de 2025, a rede atingiu 31% de participação de meninas e mulheres. Embora a meta ainda não tenha sido alcançada, o monitoramento contínuo e o planejamento de estratégias de captação demonstram que a equidade de gênero é tratada como uma meta programática ativa, e não apenas como uma diretriz declaratória.

2. Introdução

O Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) apresenta-se como uma política pública federal estruturante e inovadora, instituída pela Portaria nº 38 do Ministério do Esporte (MEsp), em 19 de março de 2024¹.

i) Objetivos e Foco Central

O PPBR foi concebido pela Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR/MEsp) com o objetivo central de fomentar uma rede colaborativa que articule a prática esportiva, a inclusão social e a produção de conhecimento científico aplicado.

ii) Os objetivos específicos do programa incluem:

¹

<https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-paradesporto-brasil-em-rede/Portarian38de19demarode2024PPBR.pdf>



1. Promoção e Fomento: Promover, apoiar e fomentar ações paradesportivas de competitividade, lazer e inclusão social em todas as regiões brasileiras.

2. Expansão e Equidade: Ampliar o escopo das atividades paradesportivas para pessoas com deficiência, buscando expandir o alcance e a equidade do acesso ao paradesporto em localidades onde as iniciativas e a produção de conhecimento são reduzidas.

3. Inclusão de Gênero: Priorizar a inclusão de mulheres e meninas com deficiência, com uma diretriz de monitorar o alcance de uma meta mínima de 50% de participação feminina em cada núcleo.

4. Desenvolvimento Integral: Contribuir para o desenvolvimento da capacidade paradesportiva dos beneficiários e para a melhoria da saúde e qualidade de vida das pessoas com deficiência. As atividades são oferecidas gratuitamente e abrangem desde a iniciação até o alto rendimento.

5. Geração de Conhecimento: Fomentar a produção de conhecimento científico na temática do paradesporto, além de desenvolver a capacitação contínua de acadêmicos e docentes que participam do programa.

O programa atende a pessoas com deficiência de diversas idades (com registros de 4 a 65 anos), incluindo aquelas com deficiências auditivas, intelectuais e Transtornos do Espectro Autista (TEA).

iii) Estrutura de Funcionamento (A Rede Colaborativa)

A implementação do PPBR se dá por meio de uma rede colaborativa de núcleos que se apoiam no tripé universitário de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- Ensino: Promove a formação acadêmica e a capacitação de estudantes e profissionais em áreas ligadas ao esporte, saúde e inclusão, por meio de bolsas docentes e discentes, e cursos obrigatórios.

- Pesquisa: Estimula a produção de estudos e metodologias, com o estímulo à submissão de artigos em revistas científicas e o desenvolvimento de manuais pedagógicos.



- Extensão: Traduz o conhecimento acadêmico em ação concreta, ao ofertar atividades paradesportivas gratuitas à comunidade.

iv) Componentes da Estrutura:

1. Unidade Descentralizadora (SNPAR/MEsp): É a responsável por articular as diretrizes e o monitoramento da política, além de descentralizar recursos orçamentários.

2. Núcleos de Atendimento (IFES): Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como universidades e institutos federais, onde são estabelecidos os núcleos para oferecer as atividades paradesportivas. A parceria é formalizada por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Cada núcleo deve oferecer no mínimo duas modalidades, sendo uma paralímpica e outra não paralímpica.

3. Núcleo Gestor (NG): É a instância acadêmica e técnica, atualmente (2025) sediada na UFMG, que coordena o programa. Suas funções incluem dar suporte metodológico, administrativo e científico aos Núcleos de Atendimento, realizar reuniões pedagógicas, padronizar a coleta de dados e elaborar materiais de referência, como o Manual de Avaliações PPBR.

Para a gestão administrativa e financeira dos recursos, os núcleos contam com o apoio de fundações de apoio credenciadas, como a FADEX (UFPI), Uniselva (UFMT) e FUNAEPE (UFGD), que garantem a conformidade e a agilidade na execução orçamentária.

v) Alcance Territorial e Monitoramento

O PPBR possui alcance nacional, mas sua implementação inicial priorizou as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com o objetivo de reduzir disparidades regionais no acesso a oportunidades esportivas.

Os Núcleos de Atendimento (IFES) devem reportar regularmente (trimestralmente) ao Núcleo Gestor, coletando dados padronizados sobre beneficiários (idade, gênero, deficiência e frequência). O monitoramento do PPBR é feito pela SNPAR, que analisa os relatórios consolidados e base de dados para planejar ações estratégicas.

2.1 Antecedentes do Programa



A trajetória do PPBR teve início com a sua criação como "Rede de Apoio ao Paradesporto", estabelecida por meio da Portaria nº 842, de 16 de dezembro de 2022², do extinto Ministério da Cidadania. Esta fase inicial lançou as bases para a articulação entre o governo federal e as universidades. Assim, em março de 2024, o programa passou por um processo de reestruturação e consolidação, sendo renomeado para "Paradesporto Brasil em Rede" e formalizado como uma política pública do Ministério do Esporte.

2.2 Objetivos do Relatório

O presente documento tem como objetivo central avaliar a implementação, as atividades, os resultados e os desafios do Programa Paradesporto Brasil em Rede durante o exercício de 2025. A análise busca fornecer um diagnóstico detalhado do funcionamento da rede, do impacto gerado e das oportunidades de aprimoramento, servindo como um instrumento de gestão e transparência para a sociedade.

2.3 Metodologia de Avaliação

A metodologia adotada para esta avaliação consiste em análise essencialmente documental e de relatos apresentados durante audiência pública realizada na 26ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, em 14 de outubro de 2025.

As fontes de dados primárias utilizadas foram:

- i) Termos de Execução Descentralizada (TEDs) firmados entre a SNPAR e as instituições parceiras;
- ii) Relatórios parciais de atividades dos dez Núcleos de Atendimento, referentes ao período avaliado;
- iii) Atas de reuniões coletivas do Núcleo Gestor (UFMG) com os coordenadores dos núcleos, realizadas entre fevereiro e junho de 2025;

2

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=28&data=19/12/2022&captchafield=firstAccess>



- iv) Notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Esporte do Senado Federal para debater o programa.

A triangulação dessas fontes permitiu uma análise complexa, com o cotejo entre dados quantitativos de execução e relatos qualitativos sobre a implementação e o impacto do programa.

3. Implementação da Rede Colaborativa do PPBR

A estrutura em rede é o diferencial estratégico do Programa Paradesporto Brasil em Rede. Como já ressaltado, trata-se de modelo colaborativo, que articula o governo federal, por meio do Ministério do Esporte, e as universidades federais, sendo fundamental para capilarizar as ações em territórios com baixa oferta de paradesporto. Pode-se afirmar, com certa segurança, que a parceria com as IFES garante a execução das atividades, bem como a qualidade técnica e científica do programa, ao integrar a prática esportiva à produção de conhecimento e à formação de recursos humanos qualificados.

3.1 Operacionalização em 2025

A operacionalização da rede em 2025 foi marcada por uma intensa agenda de alinhamento e construção coletiva, coordenada pelo Núcleo Gestor. As atas das reuniões periódicas, realizadas via plataforma Teams entre fevereiro e junho, evidenciam discussões e deliberações essenciais para a consolidação do programa. Entre os principais avanços, destacam-se:

- i) Padronização das Avaliações: A criação coletiva de uma ficha padronizada para avaliação física e demográfica dos beneficiários, que culminou na elaboração do "Manual de Avaliações PPBR".
- ii) Uniformização dos Relatórios: O desenvolvimento de um modelo de relatório padrão, construído com a participação de todos os coordenadores e validado pela SNPAR, para garantir a consistência das informações reportadas.



- iii) **Centralização de Dados:** A implementação de um sistema em POWER BI para centralizar, visualizar e analisar os dados demográficos e físicos dos beneficiários de todos os núcleos, otimizando o monitoramento por parte da SNPAR.

3.2 Desafios de Implementação e Conquistas

A gestão de uma rede descentralizada apresenta desafios e conquistas inerentes ao seu modelo.

- i) **Desafios:**
 - a. **Burocracia e Atrasos Financeiros:** Relatos dos núcleos IFCE Limoeiro do Norte e UFCAT apontam que atrasos na liberação de recursos e dificuldades burocráticas na execução dos TEDs impactam o planejamento e a continuidade das atividades.
 - b. **Harmonização de Instrumentos em Rede:** A gestão de dez núcleos geograficamente dispersos impôs a necessidade de um esforço contínuo de articulação, coordenado pelo Núcleo Gestor, para a construção e validação coletiva de ferramentas essenciais, como as fichas de avaliação e os modelos de relatório, um processo documentado nas atas das reuniões de fevereiro a junho de 2025.
- ii) **Conquistas:**
 - a. **Padronização de Processos:** A criação e implementação do "Manual de Avaliações PPBR" e dos relatórios padronizados em 2025 é uma conquista-chave, pois assegura a coleta de dados coesa em toda a rede, viabilizando análises comparativas e longitudinais.
 - b. **Fortalecimento da Colaboração:** O processo de construção coletiva das ferramentas de gestão, documentado nas atas das reuniões, qualificou os instrumentos do programa e fortaleceu os laços de colaboração e a troca de experiências entre as instituições participantes.

A consolidação dessa estrutura de rede viabilizou a oferta qualificada de uma ampla variedade de atividades paradesportivas, que serão detalhadas na seção seguinte.



4. Atividades Paradesportivas Oferecidas pelo PPBR em 2025

A diversidade de modalidades esportivas oferecidas pelo PPBR é um indicador central do sucesso do programa em promover o acesso amplo e inclusivo ao esporte para pessoas com deficiência. A variedade de opções atende a diferentes tipos de deficiência, faixas etárias e interesses, cumprindo o objetivo de democratizar a prática paradesportiva e estimular a participação de um público heterogêneo.

4.1 Catálogo de Modalidades por Núcleo

A tabela a seguir apresenta um panorama das modalidades oferecidas pelos Núcleos de Atendimento em 2025, demonstrando a riqueza e a adaptação da oferta às realidades locais.

NÚCLEO DE ATENDIMENTO (INSTITUIÇÃO)	MODALIDADES OFERECIDAS
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (Mato Grosso do Sul/Centro-Oeste)	Atletismo (Paralímpica), Crossfit adaptado (Não Paralímpica, ou <i>cross training</i>), e Jiu-jítsu (Não Paralímpica).
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (Mato Grosso/Centro-Oeste)	Goalball (Paralímpica), Atletismo (Paralímpica), Natação (Paralímpica), e Equoterapia (<i>Atividades sobre o Cavalo</i>) (Não Paralímpica). (O Voleibol Sentado estava previsto, mas não foi implementado devido à falta de procura).
Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Bahia/Nordeste)	Judô (Paralímpica), e Jiu-Jítsu (Não Paralímpica).
Universidade Federal de Catalão (UFCAT) (Goiás/Centro-Oeste)	Atletismo (Paralímpica), Bocha (Paralímpica), Capoeira (Não Paralímpica), Futsal adaptado (para DI) (Não Paralímpica), e Ginástica para todos e Circo (Não Paralímpica).
Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Juazeiro do Norte (Ceará/Nordeste)	Bocha Paralímpica, Natação, Halterofilismo Paralímpico, Goalball, Futsal (para Surdos e DI) (Não Paralímpica), Voleibol (para Surdos e DI) (Não Paralímpica), e Atletismo (para DI).
Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Limoeiro do Norte (Ceará/Nordeste)	Atletismo, Natação, e Halterofilismo Paralímpico.
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (Maranhão/Nordeste)	Atletismo (Paralímpica), Natação (Paralímpica). (Inicialmente, a modalidade Dança foi contemplada, mas foi substituída por Natação devido à baixa adesão inicial).
Universidade Federal do Pará (UFPA) (Pará/Norte)	Atletismo, Paraesgrima (Esgrima em Cadeira de Rodas), Parabadminton, Tiro com Arco, Bocha e Paradança (Dança Esportiva em Cadeira de Rodas) (Não Paralímpica).
Universidade Federal do Piauí (UFPI) (Piauí/Nordeste)	Atletismo (Paralímpica), Parabadminton (Paralímpica), e Capoeira (Não Paralímpica).
Universidade Federal do Ceará (UFC) (Ceará/Nordeste)	Para-judô (Paralímpica), Futebol para amputadas (Não Paralímpica), e Lutas Adaptadas (para PCDs, modalidade não paralímpica, incluindo Taekwondo e Capoeira em módulos).



4.2 Análise da Distribuição Geográfica e Diversidade

A distribuição dos núcleos em três grandes regiões — Norte (UFPA, UFMA), Nordeste (UFPI, IFCE-JN, IFCE-LN, UFBA) e Centro-Oeste (UFMT, UFGD, UFCAT) — cumpre o objetivo estratégico do programa de descentralizar o fomento ao paradesporto, levando oportunidades para localidades onde a oferta era escassa ou inexistente.

A análise do catálogo de modalidades revela uma abordagem inclusiva e abrangente. O programa oferece tanto esportes paralímpicos consolidados, como atletismo, natação e halterofilismo, quanto modalidades não paralímpicas e práticas corporais adaptadas, como capoeira, crossfit, ginástica e dança. Cumpre destacar que diversidade se revela fundamental para ampliar o apelo do programa, atrair diferentes perfis de participantes e promover a cultura do esporte adaptado em suas múltiplas manifestações.

5. Produção Científica e Resultados Iniciais

A produção científica no âmbito do PPBR não é um subproduto, mas um pilar central que qualifica e diferencia o programa. A geração de conhecimento a partir das experiências práticas é o que transforma a iniciativa de uma mera oferta de atividades esportivas em uma política pública sustentável, capaz de gerar evidências, aprimorar metodologias e ser replicada em diferentes contextos.

5.1 Fomento à Pesquisa e Capacitação

O Núcleo Gestor da UFMG atuou proativamente para estimular a produção científica em toda a rede. Em abril de 2025, foram realizadas duas palestras online com o tema "Redação Científica na Prática", voltadas para alunos, bolsistas e professores de todos os núcleos. A iniciativa, que contou com mais de 80 participantes, teve como objetivo capacitar os membros da rede para a produção e publicação de trabalhos acadêmicos, fortalecendo a cultura de pesquisa do programa.

5.2 Mapeamento da Produção Científica



Os resultados iniciais demonstram uma produção científica diversificada e robusta, evidenciando a integração entre as atividades de extensão e a academia.

- **Artigos Científicos:** A produção do Núcleo UFBA é notável, com múltiplos artigos publicados em periódicos internacionais de alto impacto em 2025, como *Perceptual and Motor Skillse High Ability Studies*, o que evidencia um retorno direto do investimento na forma de produção científica.

- **Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs):** O Núcleo UFPI reportou a conclusão de 4 TCCs em 2024 e outros 2 em andamento em 2025. As pesquisas abordam temas como o desempenho motor de adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a aptidão física dos participantes do programa.

- **Dissertações e Teses:** O Núcleo UFPA evidencia a profundidade da pesquisa desenvolvida, com 6 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado em desenvolvimento, todas com temáticas vinculadas às atividades do PPBR.

- **Manuais e Cartilhas:** Diversos núcleos estão produzindo materiais pedagógicos. Destaca-se a elaboração de um "sinalário de Libras para a modalidade de Badminton" pelo Núcleo UFPI e a produção de manuais pedagógicos sobre as modalidades ofertadas pelos núcleos UFMT e IFCE Juazeiro do Norte.

- **Participação em Congressos:** A disseminação do conhecimento gerado é uma prática consolidada. O Núcleo UFCAT, por exemplo, apresentou trabalhos no XIII Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada e no II Congresso Brasileiro de Pedagogia do Paradesporto, compartilhando as experiências do programa com a comunidade científica.

i) A tabela abaixo lista artigos publicados em revistas científicas indexadas, com autores vinculados aos núcleos do PPBR:

INSTITUIÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	PERIÓDICO	AUTORES PRINCIPAIS (E COLABORADORES)
UFBA	<i>Age-Related Peak Performance in Judo Athletes with Visual Impairments: A</i>	High Ability Studies	Rafael Lima Kons, Gennaro Apollaro, João Gabriel Alves da Silva Dantas, Raiane Carvalho, Emerson Franchini, e Daniele Detanico

	<i>Retrospective Analysis of the Paralympic Games</i>		
UFBA	<i>A Needs Analysis and Recommendations for Physical Assessments and Training Adaptations for Judo Athletes With Visual Impairments: A Brief Review</i>	Strength and Conditioning Journal	Kons, R. L.; Weldon, A.; Bishop, Chris; Cloak, R.; e Detanico, D.
UFBA	<i>Physical Fitness, Interlimb Asymmetry and Injuries Reports in Judo Athletes with Vision Impairments: A Cross-Sectional Study</i>	Journal of Sport Rehabilitation	Silva, R. C.; Athayde, M. S. S.; Bragança, J. R.; Detanico, D.; e Kons, R. L.
UFBA	<i>Tracking the Development of Technical-Tactical Skills in Judo Athletes with Visual Impairments Over Four Paralympic Cycles (2012–2024)</i>	Revista de Artes Marciales Asiáticas	Kons, R. L.; Gúlias, V. O. S.; e Gomes, N. A. B.
UFBA	<i>Rating of Perceived Exertion Adapted for Athletes with Low Vision: Perspective and Study Recommendations</i>	Journal of Visual Impairment & Blindness	Lima, C.; Carvalho, R.; Dantas, J. G. A. S.; Barbosa, R. S.; e Kons, R. L.
UFBA	<i>Classifying the Performance of Judo Techniques in Athletes With Visual Impairments During Official Competitions</i>	Perceptual and Motor Skills	Kons, R. L.; Henriquez, M.; Athayde, M. S. S.; Santos, D. F. C.; Franchini, E.; e Detanico, D.
UFPA	<i>Does Mental Fatigue Affect Physical Performance in Wheelchair Basketball Players? An Individualized Cognitive Load Approach</i>	Perceptual and Motor Skills	Silva, Carlos Mariano Aguiar Ferreira da; Penna, Eduardo Macedo; Coelho, Thatiane da Silva; Silva Neto, Carlos Aguiar Ferreira da; De Mello, Marco Túlio; Crisp, Alex Harley; Coswig, Victor Silveira; Silva, Andressa; E Costa e Silva, Anselmo De Athayde
UFPA	<i>Sports injuries in sitting volleyball athletes: a systematic review</i>	Motriz	Correa Pardaui de Moraes, Luana; Barbosa Lopes Júnior, Doriedson; Athayde Costa e Silva, Anselmo; Silva, Andressa; E Passos Magno e Silva, Marília
UFPA	O paradesporto em um programa de extensão universitária: um relato de experiência no Programa UFPA Paralímpica	Revista Conexões	Cunha, E. K. C.; Silva Neto, C. A. F.; Corrêa, A. C. S.; E Magno E Silva, Marília Passos

- ii) **Capítulos de Livro Publicados.** Os núcleos do PPBR contribuíram com capítulos para o livro coletivo "Programa Paradesporto Brasil em Rede: O Paradesporto em seus Diferentes Contextos" (2024), editado por Haiachi, M. C.; Oliveira, A. F. S.; e Almeida, M. B..

INSTITUIÇÃO	TÍTULO DO CAPÍTULO	AUTORES DO CAPÍTULO
UFMA	Iniciação ao Atletismo para Crianças e Adolescentes com Transtorno do	Elizabeth Santana Alves de Albuquerque, Silvana Maria Moura da Silva, Jucilea Ferreira Neres,



	Espectro Autista no Programa Paradesporto Brasil em Rede de Universidade Federal do Maranhão	Ana Beatriz Reis de Sousa, Carolina Mariana de Souza Costa, Guilherme Ferreira Nogueira, Reinaldo Reis da Silva, e Saulo Rafael Fernandes Vasconcelos Silva
IFCE – Limoeiro do Norte	A Importância da Participação dos Pais na Rotina de Exercícios Físicos de Crianças com Teia: Um Relato de Experiência	ARAUJO, Francisco Idelan Chaves; MOURA, Vanessa Ellen Rodrigues; e ALMEIDA, Thiago Gadelha de
IFCE – Limoeiro do Norte	Transformando Vidas através da Água: Experiências no Ensino da Natação para Crianças Autistas	SILVA FILHO, Luiz Gouveia da; FURTADO, Francisco José Alves; e ALMEIDA, Thiago Gadelha de
UFGD	Adaptações para Pessoa em Cadeira de Rodas no Crossfit: Possibilidades no Programa Paradesporto Brasil em Rede - Núcleo UFGD	SILVA, Mário Sérgio Vaz, OLIVEIRA, Mayara Teodoro, e FREITAS, Josiane Fujisawa Filus
UFGD	O Surdo no Crossfit: Experiências do Programa Paradesporto Brasil em Rede – Núcleo UFGD	FREITAS, Josiane Fujisawa Filus, RIBEIRO, Kauê Zamorano Nascimento; SILVA, Mário Sérgio Vaz; e LIMA, Juliana Maria da Silva
UFCAT	Implementação do PPBR na UFCAT: possibilidades, desafios e impactos na instituição.	Cristiane da Silva Santos; Heliany Pereira dos Santos; e Lana Ferreira de Lima
IFCE – Juazeiro do Norte	Equilíbrio e agilidade em surdos atletas de futsal	SANTOS, F. X.; SANTOS, J. C. S.; AMORIM, T. P.; VIEIRA, S. P.; VIANA, A. S.; DAMASCENO, M. M. S.; e GUERRA, Ialuska
IFCE – Juazeiro do Norte	Percepção de sentidos e pensamentos sobre a inclusão de pessoas cegas e com baixa visão no jiu-jitsu	ARAUJO, A. C.; AMORIM, T. P.; VIEIRA, S. P.; SOUZA, E. C. S.; e GUERRA, Ialuska
IFCE – Juazeiro do Norte	Percepções de professores de educação física sobre a atuação profissional com alunos surdos	SILVA, G. V. S.; GUERRA, Ialuska; ALMEIDA, J. H.; e GONCALVES, C. C. S.

iii) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Os trabalhos de graduação concluídos ou em andamento listados abaixo estão vinculados à produção científica dos núcleos:

INSTITUIÇÃO	TÍTULO DO TCC	AUTOR(ES) PRINCIPAL(IS)	SITUAÇÃO (2025)
IFCE – Juazeiro do Norte	Avaliação do equilíbrio e agilidade em surdoatletas de futsal	Felipe Xavier dos Santos	Concluído (Licenciatura em Educação Física)
UFPA	Conhecimento e Uso de Proteção Solar por Paratletas	Angela Cristine da Silva Corrêa	Finalização
UFPA	Conhecimento e atitudes sobre concussão em paratletas de goalball	Lucas de Souza Brito e Arthur Camara Lucena	Em Andamento
UFGD	O atletismo para pessoas com mielomeingele: um estudo de caso	Pedro Nunes	Em Produção (Artigo/TCC)
UFGD	A criança com deficiência visual no atletismo	Eva Gabriela Matos de Oliveira	Em Produção (Artigo/TCC)
UFGD	Avaliação antropométricas e qualidade de vida de mães cuidadoras de crianças com TEA praticantes de crossfit	Ana Luiza Alves	Em Produção (Artigo/TCC)



UFGD	Avaliação física dos beneficiários do PPBR: núcleo UFGD	Maria Eduarda Reis, Cassiani de Oliveira Lopes, e Deborah Oliveira da Costa	Em Produção (Artigo/TCC)
IFCE – Limoeiro do Norte	Qualidade de Vida dos cuidadores de crianças com TEA do PPBR Limoeiro do Norte	(Não especificado, sendo o tema foco do Núcleo)	Em Andamento (Coleta de Dados)

5.3 Análise dos Resultados Iniciais

Os resultados demonstram o sucesso do PPBR na criação e no fortalecimento de grupos de pesquisa, como o Grupo de Pesquisa em Atividade Motora Adaptada e Paradesporto no IFCE-JN, e na efetiva integração entre extensão, ensino e pesquisa. Portanto, a abordagem cumpre um objetivo-chave do programa: gerar conhecimento aplicado que possa retroalimentar as práticas pedagógicas e subsidiar o aprimoramento de políticas públicas para o setor.

6. Participação de Mulheres e Meninas com Deficiência

A promoção da equidade de gênero apresenta-se como uma diretriz estratégica do Programa Paradesporto Brasil em Rede. A meta de alcançar para mulheres e meninas com deficiência o mínimo de 50% das vagas oferecidas está alinhada a políticas públicas mais amplas de combate à dupla vulnerabilidade enfrentada por mulheres e meninas com deficiência, que historicamente encontram mais barreiras de acesso ao esporte, à saúde e à inclusão social.

6.1 Análise dos Dados de Participação em 2025

Os dados consolidados do Núcleo Gestor em 2025 indicam que, embora haja progresso, a meta de 50% ainda está em fase de busca ativa, priorizando a captação desse público.

A Tabela 1 detalha a distribuição por gênero nos 10 Núcleos de Atendimento ativos até agosto de 2025. O total consolidado de beneficiários em agosto era de 558 pessoas, sendo 173 mulheres, o que representa 31% de participação feminina.



IFES (NÚCLEO PPBR)	GÊNERO MASCULINO (N)	GÊNERO FEMININO (N)	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	PARTICIPAÇÃO FEMININA (%)
UFGD (MS)	60	49	109	44,95%
UFCAT (GO)	40	18	58	31,03%
UFBA (BA)	48	12	60	20,00%
UFC (CE)	6	10	16	62,50%
UFMA (MA)	33	4	37	10,81%
UFPI (PI)	18	7	25	28,00%
UFPA (PA)	33	24	57	42,11%
UFMT (MT)	46	24	70	34,29%
IFCE – Limoeiro do Norte (CE)	28	7	35	20,00%
IFCE – Juazeiro do Norte (CE)	46	10	56	17,86%
Total Consolidado	385	173	558	31,00%

6.2 Destaques Específicos sobre a Participação Feminina:

- O Núcleo UFC é o único que ultrapassou a meta de 50% de participação feminina (62,5%). Isso é impulsionado, em parte, pela oferta da modalidade de Futebol para Amputadas, que é exclusiva para meninas e mulheres.

- O Núcleo UFGD alcançou 49 beneficiárias femininas, com um total de 109 beneficiários. A beneficiária Rosenilda Aoyama destacou a importância do apoio mútuo para transporte, o que pode facilitar a participação, especialmente em modalidades como o CrossFit Adaptive.

- O Núcleo UFMA substituiu a modalidade Dança por Natação, em março de 2025, devido à baixa adesão. Embora a participação feminina fosse baixa em agosto (4 mulheres), o monitoramento da adesão e a reestruturação da modalidade foram estratégias adotadas para aumentar a frequência de beneficiários.

- Estratégias para aumentar a participação feminina incluem a oferta de modalidades com maior atratividade e ações de conscientização junto às famílias.

A Tabela 2 apresenta a evolução da participação feminina no PPBR. As fontes fornecem dados pontuais e observações qualitativas históricas, em vez de uma série temporal de dados por gênero. O foco do PPBR na equidade de gênero se tornou uma diretriz explícita a partir de sua



instituição formal em 2024, visando reverter a predominância masculina historicamente observada.

PERÍODO/ CONTEXTO	ALCANCE DA PESQUISA	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	PARTICIPAÇÃO FEMININA	OBSERVAÇÕES
Pesquisa Anterior (2023)	Apenas os 6 núcleos iniciais	287 (participaram 156 na pesquisa)	Predominância masculina	Pesquisa realizada pelo núcleo gestor anterior, indicando predominância masculina na faixa etária de 3 a 53 anos.
Agosto de 2025	10 Núcleos Ativos	558	173 mulheres (31%)	O PPBR alcançou 31% de participação feminina, indicando que o programa está em busca de atingir a meta de 50%.

6.3 Estratégias de Monitoramento e Evolução:

A busca por maior participação feminina é uma diretriz ativa, e a SNPAR exige relatórios trimestrais que contenham o número de beneficiários atendidos por gênero.

- O Núcleo Gestor (UFMG) está padronizando a coleta de dados, usando planilhas e o sistema Power BI para facilitar a visualização e monitoramento do perfil demográfico, incluindo o gênero dos beneficiários, o que deve auxiliar no acompanhamento futuro da evolução da participação feminina.
- O PPBR tem buscado aumentar a participação feminina através de ações de divulgação em mídias locais, redes sociais, escolas e associações parceiras.
- Apesar do percentual geral de 31% em agosto de 2025, o programa está empenhado em desenvolver estratégias específicas para promover a participação de mulheres e meninas com deficiência, como a diversificação das modalidades para aquelas com maior atratividade feminina (natação, dança, artes marciais) e o monitoramento sistemático da proporção de beneficiárias.



7. Formação Profissional em Educação Física e Áreas Correlatas

O Programa Paradesporto Brasil em Rede desempenha um papel elementar na formação de capital humano especializado para o paradesporto brasileiro. Ao integrar estudantes de graduação às atividades práticas, o programa atua diretamente na qualificação da próxima geração de profissionais de Educação Física, Fisioterapia e áreas afins, suprimindo uma lacuna histórica na formação acadêmica e no mercado de trabalho.

7.1 Estrutura de Formação dos Bolsistas

O modelo de formação do PPBR é estruturado para aliar teoria e prática. O programa concede bolsas para estudantes de graduação, que atuam como monitores nas diversas modalidades oferecidas. O processo formativo inclui:

- **Capacitação Inicial Obrigatória:** Conforme detalhado nos planos de trabalho de núcleos como UFMT e UFGD, os bolsistas selecionados passam por uma capacitação inicial de 40 horas. Esta formação aborda temas fundamentais como fisiologia do exercício, treinamento físico aplicado, metodologias de ensino e especificidades do paradesporto.

- **Formação Continuada:** Além do treinamento inicial, os estudantes participam de reuniões pedagógicas semanais para planejamento de aulas, grupos de estudo e capacitações temáticas, como as palestras sobre redação científica promovidas pelo Núcleo Gestor.

NÚCLEO (IFES)	CATEGORIA DA BOLSA (FUNÇÃO)	QUANTIDADE DE BOLSAS	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	DURAÇÃO (MESES)	FOCO PRINCIPAL / OBSERVAÇÕES
Núcleo Gestor (UFMG)	Coordenação Geral (Profa. Dr ^a . Andressa S. de Mello)	1	R\$ 5.200,00 (Parcela)	18	Responsável pelo desenvolvimento de ações técnico-científicas, padronização de avaliações e gestão do conhecimento em <i>Power BI</i> .
Núcleo Gestor (UFMG)	Acadêmico Pós-Graduação (Mestrado)	1	R\$ 1.430,00	18	Gustavo Cruz. Atua no suporte metodológico e redação científica.



Núcleo Gestor (UFMG)	Acadêmico Graduação (Apoio)	1	Valor não especificado (menor)	12	Silas Barros e Luísa. Alunos de Educação Física, frequentemente atletas ou PcD, como o Silas (lesão medular).
UFBA (BA)	Professor Coordenador	1	R\$ 2.500,00	26	Coordenador: Prof. Dr. Rafael Lima Kons. Lidera o Grupo de Estudo e Pesquisa em Lutas Esportivas.
UFBA (BA)	Professor Colaborador	1	R\$ 1.430,00	14	Apoio na execução pedagógica do projeto.
UFBA (BA)	Acadêmico Graduação/PPG (PD&I)	9	R\$ 800,00	12	Atuação direta em modalidades de Lutas (Judô e Jiu-Jitsu). Inclui bolsistas da Pós-Graduação, como Carolina Lima Bastos Silva (Ciência da Reabilitação).
UFC (CE)	Bolsa Docente (Nível IA)	2	R\$ 3.169,37	18	Auxílio na parte pedagógica e estruturação da capacitação. Coordenador: Mário Antônio de Moura Simim.
UFC (CE)	Acadêmico Graduação (PD&I)	4	R\$ 700,00	17	Auxílio na execução. Harley Sousa Barbosa, Gleyce Borges Lima.
UFMA (MA)	Bolsa Docente (PDI Nível IA)	1	R\$ 3.169,37	17	Coordenadora: Profª Drª Elizabeth Santana Alves de Albuquerque.
UFMA (MA)	Acadêmico Graduação (PD&I)	5	R\$ 800,00	17	Atuam nas modalidades (Atletismo, Natação) e em produção científica (capítulo de livro). Guilherme Ferreira Nogueira, Saulo Rafael Fernandes Vasconcelos Silva.
UFGD (MS)	Professor Coordenador	1	R\$ 2.500,00	24	Coordenador: Prof. Dr. Mário Sérgio Vaz da Silva.
UFGD (MS)	Professor Colaborador	1	R\$ 1.900,00	12	Ex: Profª Drª Josiane Fujisawa Filus de Freitas (Crossfit e suporte em outras modalidades).
UFGD (MS)	Acadêmico Graduação (PD&I)	10	R\$ 800,00	12	Inclui bolsistas da Educação Física e Libras (intérpretes para Jiu-Jitsu) e Nutrição.
UFCAT (GO)	Professor Coordenador	1	R\$ 2.500,00	24	Coordenadora: Profª Drª Cristiane da Silva Santos.
UFCAT (GO)	Professor Colaborador	1	R\$ 1.900,00	12	Bolsas concedidas às professoras Heliany



					Pereira dos Santos e Lana Ferreira de Lima.
UFCAT (GO)	Acadêmico Graduação (PD&I)	9	R\$ 800,00	12	Atuam em Ginástica para Todos, Circo e Capoeira.
IFCE Juazeiro do Norte (CE)	Coordenador	1	R\$ 2.500,00	12	Coordenadora: Profª Drª Ialaska Guerra.
IFCE Juazeiro do Norte (CE)	Acadêmico	5 (Inicialmente 4, ampliado para 5)	R\$ 800,00	12	Atuam em Goalball, Halterofilismo, Natação e Futsal. Os bolsistas fazem formação continuada específica e cursos do CPB.
IFCE Limoeiro do Norte (CE)	Coordenador	1	R\$ 2.500,00	12	Coordenador: Prof. Me. Thiago Gadelha de Almeida.
IFCE Limoeiro do Norte (CE)	Acadêmico	6	R\$ 800,00	12	Atuação em Natação e Halterofilismo Paralímpico.
UFPA (PA)	Docente (Extensão Nível I)	1	R\$ 2.630,58	18	Coordenadora: Profª Drª Marília Passos Magno e Silva.
UFPA (PA)	Acadêmico Graduação/Mestrado (PD&I)	3 (Mínimo, mas 5 PPBR bolsistas listados)	R\$ 800,00	17	Inclui alunos de Mestrado (Eunice Kelly Costa da Cunha) e Graduação com Deficiência (Lucas de Souza Brito, Daniel Carlos Moraes da Silva).
UFPI (PI)	Bolsa Docente (Nível IA)	2	R\$ 3.169,37	17	Coordenadores: Prof. Dr. Sergio Luis Galan Ribeiro e Profª Drª Mara Jordana Magalhães Costa.
UFPI (PI)	Acadêmico Graduação (PD&I)	4	R\$ 800,00	17	Foco no atendimento de pessoas com Deficiência Intelectual (DI), TEA e Surdez. Atuam em Atletismo, Badminton e Capoeira.
UFMT (MT)	Professor Coordenador	1	R\$ 2.500,00	26	Coordenadora: Profª Drª Juliana Aparecida de Paula Schuller.
UFMT (MT)	Acadêmico	6 (Inicialmente 3, ampliado para 6)	R\$ 800,00	12	Atuação em modalidades como Equoterapia, Goalball e Natação.

Notas Complementares sobre a Formação e o Perfil dos Bolsistas:



- i) Capacitação Obrigatória: Todos os bolsistas acadêmicos recebem uma capacitação inicial de 40 horas, abordando temas como fisiologia do exercício, treinamento físico e paradesporto.
- ii) Voluntariado e Curricularização: Além dos bolsistas remunerados, muitos núcleos contam com um número significativo de acadêmicos voluntários (ex: UFGD com 15 voluntários da Educação Física e 9 da Nutrição), integrando a curricularização da extensão.
- iii) Incentivo à Produção Científica: A equipe do Núcleo Gestor, incluindo o bolsista de Mestrado Gustavo Cruz, realizou palestras sobre "Redação Científica na Prática" direcionadas aos bolsistas dos núcleos, incentivando a produção de TCCs e artigos.
- iv) Perfil Inclusivo: O programa apoia ativamente a formação de paratletas, como Lucas de Souza Brito (aluno de Fisioterapia e atleta de atletismo com baixa visão) e Daniel Carlos Moraes da Silva (aluno de Educação Física com amputação), ambos bolsistas do Núcleo UFPA.
- v) Seleção: A contratação de bolsistas é feita por meio de edital de seleção simplificado. A UFMA, por exemplo, aprovou 5 alunos para monitoria, sendo 4 da Licenciatura em Educação Física e 1 do Bacharelado, após entrevistas com 22 candidatos.
- vi) Desafios: O Núcleo Gestor (UFMG) enfrentou dificuldades na implementação da bolsa de Pós-Doutorado devido ao baixo valor e à dificuldade de encontrar um perfil adequado para o tema do projeto.
- vii) Gestão de Pessoal: A UFMA teve que lidar com substituição de bolsistas, e a UFCAT reportou o desligamento de três monitores em 2025, sendo dois por terem conseguido estágio não obrigatório com remuneração superior à da bolsa PPBR.

7.2 Experiências Práticas e Desenvolvimento de Competências

A atuação no PPBR proporciona aos estudantes uma imersão prática que transcende o currículo tradicional, permitindo o desenvolvimento de competências técnicas e humanas essenciais. Os relatórios dos núcleos evidenciam diversas oportunidades de desenvolvimento, como:



- **Atuação em Eventos:** O Núcleo UFCAT relatou a participação de seus monitores nas Paralimpíadas Escolares de 2023, uma experiência que culminou com uma das monitoras obtendo a certificação de Árbitra de Bocha.

- **Aplicação de Conhecimento:** Os bolsistas são diretamente envolvidos no planejamento das aulas, na aplicação das avaliações físicas padronizadas e na produção de conhecimento científico (TCCs, artigos, resumos para congressos), integrando na prática os pilares de ensino, pesquisa e extensão.

7.3 Impacto na Formação Acadêmica e Profissional

O PPBR oferece formação teórico-prática, que prepara os futuros profissionais para atuarem com competência técnica, sensibilidade e compromisso ético junto a pessoas com deficiência. A qualificação de bolsistas, como a certificação de uma monitora em arbitragem de bocha (Núcleo UFCAT), enriquece o percurso acadêmico individual, além de criar capital humano especializado capaz de mitigar desafios operacionais, como a necessidade de suporte técnico em competições e a captação de públicos específicos, como a comunidade surda (desafio apontado pelo Núcleo UFPI).

Ao proporcionar essa experiência supervisionada e remunerada, o programa contribui para descentralizar a prática da "assistência voluntária" e para formar uma massa crítica de profissionais capazes de fortalecer o paradesporto em todo o território nacional.

8. Impacto Preliminar na Saúde e Qualidade de Vida

O Programa Paradesporto Brasil em Rede se posiciona como uma intervenção de saúde pública que utiliza o esporte como ferramenta para promover a aptidão física, a inclusão social, o bem-estar mental e a qualidade de vida de seus participantes. As evidências preliminares, tanto qualitativas quanto quantitativas, indicam um impacto altamente positivo.

8.1 Evidências Qualitativas dos Beneficiários



Os depoimentos colhidos durante audiência pública, no Senado Federal, por ocasião da 26ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, em 14 de outubro de 2025, oferecem uma visão clara do impacto social e pessoal do programa:

- O testemunho de Rosenilda Aoyama, beneficiária do núcleo UFGD, ilustra o forte impacto na socialização e no senso de comunidade. Ela descreve a formação de um grupo coeso, em que a ajuda mútua para superar a barreira do transporte ("um dá carona para um, outro dá carona") e o apoio constante dos estagiários fortalecem os laços. Rosenilda destaca o sentimento de pertencimento que motiva a participação regular: "a gente já se programa para não faltar".

- A fala de Maria Furtado de Souza, do núcleo IFCE-Juazeiro do Norte, revela como o programa representa uma oportunidade ímpar de desenvolvimento esportivo, mesmo diante de barreiras estruturais. Ressalta que o núcleo "dá esse suporte de me orientar melhor para questões de campeonatos", indicando o papel do PPBR no fomento ao esporte de participação e, potencialmente, de rendimento.

8.2 Coleta de Evidências Quantitativas

Para além dos relatos, o programa estruturou em 2025 um sistema complexo para mensurar o impacto na saúde de forma objetiva. A metodologia prevê a aplicação sistemática de avaliações físicas em três momentos: no início da participação, após 6 meses e ao final do projeto. A padronização da ficha de avaliação e a criação do "Manual de Avaliações PPBR" pelo Núcleo Gestor são passos fundamentais que permitirão a coleta de dados longitudinais consistentes sobre a evolução da aptidão física e dos parâmetros de saúde dos participantes em toda a rede.

8.3 Análise Preliminar do Impacto

Com base nas evidências disponíveis, o impacto preliminar do PPBR na saúde e qualidade de vida dos beneficiários é altamente positivo. Os relatos qualitativos indicam melhorias significativas na socialização, no bem-estar psicológico e no sentimento de pertencimento. Ao mesmo tempo, a estruturação da coleta de dados quantitativos em 2025 estabelece as bases para a comprovação científica futura do impacto do programa na saúde



física, fortalecendo sua legitimidade como uma política pública baseada em evidências.

9. Desafios e Pontos Fortes do PPBR em 2025

A tabela a seguir apresenta uma análise comparativa dos principais pontos fortes e desafios observados durante o exercício de 2025.

PONTOS FORTES OBSERVADOS	DESAFIOS ENFRENTADOS
Modelo de Rede Colaborativa Sólido: A estrutura de rede com Núcleo Gestor e Núcleos de Atendimento provou ser eficaz para a padronização de processos, o apoio técnico e o fortalecimento mútuo entre as instituições.	Transporte e Acessibilidade: Principal desafio apontado por beneficiários (Maria Furtado) e múltiplos núcleos (UFCAT, UFPA), como barreira central à participação e frequência dos beneficiários.
Integração Ensino-Pesquisa-Extensão: Sucesso notável na produção científica (artigos, TCCs, manuais) e na formação qualificada de recursos humanos, um diferencial que garante a qualidade e a sustentabilidade do programa.	Burocracia e Fluxo Financeiro: Atrasos na liberação de recursos foram consistentemente relatados (IFCE-LN, UFCAT), impactando o planejamento, a continuidade das atividades e a execução orçamentária.
Alta Satisfação e Impacto Social: Depoimentos positivos e emocionados (Rosenilda Aoyama) e dados históricos de satisfação (pesquisa conduzida pelo núcleo gestor anterior, citada pela SNPARG em audiência pública, apontou que 77% dos beneficiários avaliaram o programa com nota 10) indicam forte adesão e um impacto transformador na vida dos participantes.	Infraestrutura e Equipamentos: Necessidade de materiais esportivos oficiais (halterofilismo, bocha) e de melhorias na infraestrutura esportiva das universidades parceiras (UFPA) para qualificar o atendimento e permitir a expansão.
Reconhecimento Institucional: A formalização do programa como política pública (Portaria de 2024) e o vínculo com o Ministério do Esporte conferem legitimidade e facilitam a articulação de parcerias, como relatado pela UFPA.	Segurança: Questões de segurança no entorno de alguns campi universitários (UFPA) foram citadas como um fator que limita a oferta de atividades em horários alternativos, como o noturno, restringindo o acesso de quem trabalha durante o dia.
Diversidade de Modalidades e Público: A ampla oferta de esportes, incluindo opções paralímpicas e não paralímpicas, e o atendimento a diversos tipos de deficiência demonstram a capacidade de adaptação e o caráter inclusivo da rede.	Captação de Públicos Específicos: Foram relatadas dificuldades pontuais na atração e retenção de determinados grupos, como a comunidade surda no núcleo UFPI, demandando estratégias de divulgação e abordagem mais direcionadas.

A análise matricial revela que os pontos fortes do PPBR são predominantemente de natureza programática e metodológica (modelo em rede, integração acadêmica), enquanto os desafios são de ordem estrutural e logística (transporte, financiamento, infraestrutura). Isso indica que a essência da política pública é sólida, mas sua eficácia se apresenta limitada por fatores exógenos que exigem articulação intersetorial e otimização de processos administrativos em nível federal.



i) Enfrentamento da Barreira do Transporte

ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS
Dificuldade Central e Universal: O Transporte e o acesso são citados como dificuldades que limitam a frequência e permanência dos participantes, sobretudo em regiões metropolitanas e no interior. Diversos núcleos relataram essa dificuldade, incluindo UFPA, UFGD, UFBA, IFCE Limoeiro do Norte, IFCE Juazeiro do Norte, UFCAT, e UFC.
Transporte Adaptado: A falta de transporte adaptado na cidade é um desafio enfrentado pelo Núcleo UFCAT. A UFPA reportou dificuldades com transporte na cidade e transporte interno na UFPA. A UFBA registrou o transporte público como uma dificuldade "Não resolvida".
Custeio Próprio: A Prof ^ª . Dr ^ª . Cristiane da Silva Santos (UFCAT) chegou a utilizar o valor da própria bolsa como coordenadora para custear o transporte de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de aplicativo (Uber), garantindo a participação semanal até a data limite do primeiro TED, evidenciando que o auxílio-transporte é essencial para a eficácia do programa.
Busca Ativa de Estratégias: Núcleos como o IFCE Juazeiro do Norte e a UFGD buscaram estratégias para contornar a dificuldade, como combinar caronas entre os participantes e contatar secretarias de educação para liberação de acesso a transportes estudantis, indicando que a solução necessita de coordenação.
Reconhecimento Institucional: A Coordenadora-Geral da SNPARG, Vânia Tie, articulou agendas junto ao Congresso Nacional para pleitear recursos financeiros para custeio de pessoal e transporte, reforçando que o acesso logístico é reconhecido pela gestão central como um ponto crítico.

ii) Otimização do Fluxo de Recursos

ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS
Atraso no Repasse de Bolsas: O Núcleo UFC (Ceará) relatou que as reuniões pedagógicas e a avaliação física dos beneficiários foram atrasadas devido às incertezas e aspectos burocráticos relacionados ao pagamento de bolsas. O início da avaliação física ocorreu somente em abril/2025, sendo prevista para o início do projeto.
Atraso no Repasse do TED: O Núcleo Gestor (UFMG) relatou um atraso de três (3) meses no repasse do TED, que estava previsto para agosto/2024, mas só foi efetivado em novembro/2024. O IFCE Juazeiro do Norte sofreu um atraso de cinco (5) meses na liberação de um novo aporte financeiro.



Impacto na Vigência: A Unidade Descentralizadora (SNPAR) tem a prerrogativa de prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso. No entanto, o Núcleo UFC relatou que os entraves burocráticos "têm dificultado, e ainda dificultam, a plena execução das atividades propostas".

Dependência de Previsibilidade: O Prof. Mário Sérgio Vaz da Silva (UFGD) destacou que, como o PPBR se tornou uma política pública, "fica mais tranquilo para que a gente possa realizar um planejamento maior das atividades", pois a dependência da renovação dos TEDs e do termo aditivo prejudicava o planejamento.

Cenário de Aditivos: Em uma reunião de coordenadores em fevereiro de 2025, foi informado que "O cenário é negativo para aditivos financeiros", reforçando a necessidade de otimizar o fluxo dos recursos já pactuados e buscar estabilidade.

iii) Investimento em Infraestrutura e Equipamentos

ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS

Carência de Materiais Oficiais: O Relatório de Desafios do PPBR lista a Infraestrutura como um ponto crítico, indicando que muitos núcleos carecem de materiais esportivos específicos. A Coordenadora Ialuska (IFCE Juazeiro do Norte) mencionou que o núcleo não possui um banco de parahalterofilismo oficial, barras e anilhas oficiais.

Necessidade de Equipamentos Específicos: A UFPA reportou que, apesar de ofertar modalidades inovadoras como tiro com arco, enfrentou desafios de infraestrutura e falta de materiais. O núcleo precisa de materiais para tiro com arco e já abriu processo de solicitação à UFPA para aquisição de novos equipamentos.

Espaços Improvisados: A UFPA mencionou que muitos núcleos ainda operam em espaços improvisados, e a UFC relatou que as atividades do Judô e Para-judô ocorreram em conjunto com o projeto Tatame Universitário, devido a dificuldades. O Prof. Mário Sérgio (UFGD) também indicou a necessidade de melhoria das estruturas, observando que, se a universidade tivesse uma estrutura adequada, o trabalho seria mais rico.

Investimento em Adaptação: A UFBA, por exemplo, incluiu no TED a modernização do espaço para práticas de artes marciais, com adaptações para pessoas com deficiência visual. O Núcleo UFGD previu a aquisição de Cintos de Transferência e Cintos de Segurança para Cadeira de Rodas, demonstrando que os TEDs devem contemplar essas necessidades.



iv) Consolidação da Coleta e Análise de Dados

ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS
Foco na Avaliação de Impacto: O PPBR tem como meta desenvolver métricas e metodologias para avaliar o impacto do programa na saúde e qualidade de vida dos participantes a longo prazo. O uso do POWER BI é o mecanismo central para essa transição.
Implementação e Uso do Power BI: O Núcleo Gestor já unificou os dados da primeira avaliação (abril/maio de 2025) e transferiu as informações para o Sistema POWER BI. Esse sistema já permite a visualização gráfica do Perfil Demográfico e Físico para a SNPAR.
Melhoria da Coleta para Longitudinalidade: O Núcleo Gestor (UFMG) sugeriu a transição do método de coleta de dados para o Microsoft Forms na próxima avaliação (outubro de 2025), o que permitirá a atualização automática e em tempo real dos dados no painel do Power BI. Isso garante a continuidade e o aprofundamento da coleta, como sugerido na recomendação.
Resultados Científicos como Legitimidade: O fomento à produção de dados e indicadores de impacto fortalece a base esportiva nacional. O sucesso em produzir 12 artigos científicos, sendo três já publicados, em menos de dois anos, demonstra o potencial da rede para gerar as evidências que a plataforma POWER BI irá consolidar.
Relatórios Padronizados: O Núcleo Gestor (UFMG) já elaborou o "Manual de Avaliações PPBR" e padronizou a ficha de avaliação demográfica e física, passos cruciais para que o monitoramento se torne uma avaliação de impacto longitudinal.

10. Conclusão e Recomendações

A análise do exercício de 2025 demonstra que o PPBR superou a fase de implementação inicial, consolidando um modelo de governança e operação que entra em fase de maturação, de modo que os desafios se deslocam da estruturação para a otimização e a escalabilidade. O programa demonstrou eficácia em sua missão de expandir o acesso ao paradesporto de forma qualificada, cientificamente embasada e com um profundo impacto social. Sua estrutura em rede, aliada ao tripé ensino-pesquisa-extensão, consolida-se como um modelo para o desenvolvimento do esporte inclusivo no Brasil.



10.1 Resumo das Conclusões

1. O modelo de gestão em rede, com a liderança do Núcleo Gestor da UFMG a partir de 2025, consolidou-se como um arranjo eficaz, resultando em avanços significativos na padronização da coleta de dados, no monitoramento de resultados e no fortalecimento da colaboração entre os Núcleos de Atendimento.

2. O programa cumpre com excelência seu objetivo de aliar a prática esportiva (extensão) à formação de profissionais qualificados (ensino) e à produção de conhecimento aplicado (pesquisa), gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento para o paradesporto nacional e qualificando o debate público com base em evidências.

3. Apesar do sucesso na implementação e do impacto positivo evidente na vida dos beneficiários, desafios estruturais e logísticos persistem como as principais barreiras para a plena expansão do potencial do programa. As dificuldades relacionadas ao transporte dos participantes, ao fluxo de recursos financeiros e à infraestrutura esportiva são os pontos mais críticos que demandam atenção estratégica.

10.2 Recomendações para o Futuro

Com base na análise realizada, são propostas as seguintes recomendações para o fortalecimento e a sustentabilidade do PPBR:

1. Enfrentamento da Barreira do Transporte: Maior Conexão com Programas de Acesso (Ex.: Caminho da Escola)

Reitera-se que a dificuldade de transporte e acesso é uma das maiores barreiras logísticas identificadas em quase todos os Núcleos de Atendimento (UFPA, UFGD, UFBA, IFCE Limoeiro do Norte, IFCE Juazeiro do Norte, UFCAT).

Recomenda-se à Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) a busca por uma articulação formal ou um Acordo de Cooperação Técnica com programas governamentais de transporte escolar e acessível (como o Programa Caminho da Escola, sob gestão do Ministério da Educação), visando integrar o transporte adaptado dos beneficiários.



- Evidência: A dificuldade com o transporte público com acessibilidade é um ponto fraco que precisa ser melhorado, especialmente em Belém/PA e nas regiões metropolitanas. Mesmo os núcleos no interior, como o IFCE Juazeiro do Norte (Região do Cariri), e o IFCE Limoeiro do Norte enfrentam essa dificuldade.

- Ações Atuais (Iniciativas Criativas): A dificuldade força coordenadores a usarem recursos próprios (como a coordenadora da UFCAT, que utilizou o valor da própria bolsa para custear o transporte por Uber), ou a buscar soluções informais, como combinar caronas entre os participantes (UFGD) e fazer contato com secretarias municipais de educação para liberação de acesso a transportes estudantis (IFCE Juazeiro do Norte).

- Suporte Legal: Os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) autorizam a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal. A previsão permite a formalização de parceria com um programa federal como o Caminho da Escola, que visa a logística de transporte.

2. Treinamento Específico e Contínuo das Equipes de Execução Local (Bolsistas e Voluntários)

Reitera-se que a capacitação é um dos três eixos de atuação propostos pela SNPAP (Fomento, Capacitação e Visibilidade), sendo essencial para a qualidade da oferta paradesportiva.

Recomenda-se ao Núcleo Gestor (NG) consolidar um programa de formação continuada obrigatória para os bolsistas e acadêmicos dos Núcleos de Atendimento, com foco prático nos protocolos de avaliação física e nos métodos de ensino-aprendizagem específicos para diferentes deficiências.

- Evidência: A Capacitação dos acadêmicos com carga horária de 40 horas sobre fisiologia do exercício, treinamento físico e paradesporto é uma exigência padrão presente em todos os Planos de Trabalho.

- Exemplos de Conteúdo Necessário: Os núcleos já realizam cursos específicos do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), como o "Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte". O NG já realizou palestras sobre "Redação Científica na Prática" e planeja organizar



reuniões entre coordenadores e alunos para "melhor organização e dinâmica para as avaliações físicas".

- Recursos Humanos Qualificados: A formação continuada se faz fundamental para garantir treinadores de igual nível, respondendo a questionamentos sobre a qualificação do corpo técnico do programa. Os bolsistas da UFGD, por exemplo, fazem formação continuada específica e sessões de estudo.

3. Catalogação de Equipamentos Locais por Gestores (Secretarias e Parceiros)

Reitera-se que a falta de infraestrutura e materiais específicos é um desafio crônico para a execução das atividades.

Recomenda-se a catalogação e o mapeamento dos equipamentos e instalações disponíveis nas esferas municipais e estaduais (incluindo secretarias de esporte, educação e saúde), para que os Núcleos de Atendimento possam estabelecer parcerias estratégicas para uso compartilhado de recursos.

- Evidência: A falta de materiais esportivos específicos (ex: equipamentos de tiro com arco, halterofilismo) e o uso de espaços improvisados foram desafios reportados pela UFPA e UFMT.

- Estratégias de Parceria: O próprio PPBR é baseado em parcerias. A UFGD, por exemplo, utiliza a academia New In e a pista de atletismo do Estádio Douradão. A UFMT utiliza o Centro de Referência Paralímpico de Várzea Grande e o Centro de Equoterapia da própria UFMT.

- Necessidade de Estrutura: O coordenador da UFGD mencionou que, se a universidade tivesse uma estrutura adequada no centro de Dourados, o trabalho seria "muito mais rico". A catalogação ajudaria os núcleos a identificar e pleitear o uso de estruturas já existentes.

4. Treinamento dos Gestores Locais para Utilização de Plataformas de Monitoramento (Ex.: POWER BI)

Reitera-se que a efetividade do monitoramento da SNPAR depende da qualidade e tempestividade dos dados enviados pelos núcleos.



Recomenda-se a promoção de treinamento e workshops específicos, coordenados pelo Núcleo Gestor, para os coordenadores e gestores locais (docentes e colaboradores) sobre o uso e a interpretação de plataformas de visualização e análise de dados, como o POWER BI e o Microsoft Forms.

- Evidência: O Núcleo Gestor está ativamente empenhado na consolidação de dados no Sistema POWER BI para facilitar a visualização e monitoramento do Perfil Demográfico e Físico pela SNPAR.

- Necessidade de Simplificação: Foi sugerido que a próxima avaliação utilize o Microsoft Forms para facilitar a visualização dos dados no POWER BI e permitir a atualização automática e em tempo real.

- Formato de Formação: O NG já realiza reuniões periódicas com os coordenadores para direcionar e monitorar a execução. Um treinamento formalizaria a capacidade dos gestores locais de interagir com o sistema de mensuração de impacto, que é central para a sustentabilidade do PPBR.

- Gestão do Conhecimento: A UFMG tem como meta a Gestão do Conhecimento, que inclui coletar, analisar e gerenciar o conhecimento produzido, e o uso eficiente do POWER BI pelos gestores locais é condição necessária para o alcance dessa meta.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI



ANEXO I - Indicação





INDICAÇÃO Nº , DE 2025

Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir ao Ministério da Educação (MEC), em articulação com o Ministério do Esporte (MEsp), a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos dos artigos 133 e 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com as sugestões e recomendações emanadas pela Comissão de Esporte no processo de avaliação da política pública “Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR)”, realizado ao longo do ano de 2025. Participaram do processo: o Ministério do Esporte, representado pela Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), coordenadores de núcleos federais (IFES) e beneficiários do programa, que apresentaram sugestões para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do PPBR, de modo a consolidá-lo como uma política de Estado voltada à democratização do acesso ao esporte para pessoas com deficiência.

As recomendações propostas são as seguintes:

1. Criar modalidade de auxílio logístico-adaptado no âmbito do Programa Caminho da Escola, para garantir que os Núcleos de

Atendimento do PPBR tenham recursos perenes e interministeriais para viabilizar o deslocamento dos beneficiários, por ser o acesso logístico componente essencial para a eficácia e continuidade da política pública; e

2. Vincular o apoio administrativo e financeiro da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) do Ministério do Esporte (MEsp) a investimentos qualificados na capacitação e gestão do conhecimento de gestores locais do PPBR, para garantir hígidez na análise de dados, na execução e no monitoramento do programa.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal, no exercício da sua competência constitucional prevista no art. 71 da Constituição Federal e em cumprimento às suas atribuições de fiscalização e avaliação de políticas públicas, avaliou o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

A avaliação foi conduzida pela Comissão de Esporte, sendo formalizada em atenção aos Requerimentos nº 6, de 2025, e nº 40, de 2025, de autoria da Comissão de Esporte (CEsp). O objetivo central dessa avaliação, realizada em audiência pública interativa, em 14 de outubro de 2025, foi debater o PPBR e obter informações necessárias para o aprimoramento do programa, que se consolidou como uma política pública inédita e essencial para a democratização do acesso ao paradesporto para pessoas com deficiência.

Neste processo de avaliação da política pública, foram ouvidos diversos atores, tais quais representantes do Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), e o Núcleo Gestor do PPBR; além de Coordenadores de cada um dos dez Núcleos de Atendimento do PPBR. Tão relevante quanto os apontamentos desses participantes foram os dos beneficiários do PPBR, pessoas diretamente assistidas, como a Sra. Rosenilda Aoyama, que puderam relatar tanto os problemas quanto os avanços do programa.

O relatório final da Comissão consolida esses achados, detalhando o progresso significativo no estabelecimento da rede colaborativa e identificando os caminhos e soluções. A avaliação culminou em um conjunto de recomendações para melhorias futuras, incluindo a necessidade



de realizar uma investigação mais aprofundada sobre os desafios específicos encontrados durante a implementação em 2025; de intensificar os esforços para coletar e divulgar dados sobre as taxas de participação de mulheres e meninas; e de continuar a apoiar e monitorar as iniciativas de formação profissional.

Muitas das recomendações são de ordem administrativa, cabendo ao Poder Executivo implementá-las. Encaminhamos, portanto, à consideração de Vossa Excelência. Gostaria, antes de tudo, apresentar a seguinte justificação para a criação da modalidade de auxílio logístico-adaptado no Programa Caminho da Escola, ora proposta:

V. Excelência certamente se lembra de como a barreira logística do transporte afeta a participação plena das pessoas com deficiência (PcD) em programas sociais e esportivos. Nesse sentido, reitera-se que o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) busca expandir o alcance e a equidade no acesso ao paradesporto, da iniciação ao alto rendimento, especialmente em regiões onde a oferta de ações e a produção de conhecimento são reduzidas.

No entanto, a falta de transporte adaptado ou de recursos para custeá-lo tem sido identificada pelos Núcleos de Atendimento do PPBR como um dos principais obstáculos à frequência e à permanência dos beneficiários. Iniciativas criativas, mas pontuais, como o contato com Secretarias Municipais de Educação para liberação de acesso a transportes estudantis, são executadas pelos núcleos. De todo modo, a falta de acesso ao transporte público adaptado continua a ser um problema "não resolvido" em alguns locais.

Devido a essa fragilidade logística, a política pública, que visa construir um caminho pautado em oportunidades, tem sua eficácia comprometida pela incapacidade de garantir o acesso físico aos centros de excelência localizados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A articulação com o Programa Caminho da Escola, sob o Ministério da Educação (MEC), permitiria uma solução interministerial, estrutural e permanente, alinhada com a possibilidade de a unidade descentralizadora autorizar a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal.

A partir da celebração dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), que preveem o desenvolvimento do Projeto Rede de Apoio ao Paradesporto, houve a liberação de créditos orçamentários pela Secretaria



Nacional de Paradesporto (SNPAR) do MEsp para o fomento das atividades. Contudo, a ausência de recursos específicos para o transporte coloca em risco a continuidade e a execução do objeto do TED, que pode ser até mesmo rejeitado total ou parcialmente pela unidade descentralizadora.

O governo de V. Excelência tem a oportunidade de brilhantemente interromper essa vulnerabilidade logística, aproveitando a permissão de subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal e integrar uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola, garantindo o acesso dos beneficiários do PPBR e consolidando ambos os programas como modelos para futuras políticas públicas de inclusão social.

Não podemos permitir que o esforço de consolidação do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), focado em promover a saúde, a inclusão social e o esporte em regiões historicamente desassistidas, seja ameaçado pela instabilidade logística e administrativa do ciclo político-orçamentário.

Ao invés disso, temos que instituir uma política pública perene de apoio, garantindo o acesso e a sustentabilidade dos Núcleos de Atendimento. A pergunta é: o PPBR conseguirá sustentar seu impacto e sua rede de atendimento se a barreira do transporte não for solucionada de forma estrutural, expondo o programa ao risco de interrupção logística?

A solução logística e de sustentabilidade do PPBR não deve depender apenas do orçamento do MEsp. Devemos aproveitar a parceria interministerial e o esforço de articulação com o MEC para a criação de uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola.

Igualmente, não podemos perder o esforço atual de investimento e a produção de conhecimento técnico, pedagógico e científico fomentada pelo programa. Faz-se necessária a produção de relatórios trimestrais e finais, contendo a avaliação de satisfação e o Relatório Final de Cumprimento do Objeto. A rejeição, total ou parcial, do Relatório de Cumprimento do Objeto pela Unidade Descentralizadora pode gerar ajustes no Plano de Trabalho e até mesmo a instauração de tomada de contas especial.

Ao se exigir o treinamento contínuo das equipes de execução e a capacitação dos gestores no uso de plataformas como o POWER BI,



garantimos que a gestão do conhecimento e a produção científica sirvam como contrapartida efetiva do investimento.

Pelo exposto, solicito que V. Excelência aceite esta Indicação, pois entendemos que a criação de mecanismos perenes de apoio logístico e financeiro ao Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), como a modalidade sugerida de Auxílio Logístico-Adaptado, é fundamental para o futuro da inclusão social e esportiva, bem como para ampliar a produção de conhecimento sobre a pessoa com deficiência no País.

Sala das Sessões,





Relatório de Registro de Presença

29ª, Extraordinária

Comissão de Esporte

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
CONFÚCIO MOURA		1. PEDRO CHAVES	
EFRAIM FILHO	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	3. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. VAGO	
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	2. VAGO	
CHICO RODRIGUES	PRESENTE	3. JORGE KAJURU	PRESENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ROMÁRIO		1. CARLOS PORTINHO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	2. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTEs	
TERESA LEITÃO	PRESENTE	1. AUGUSTA BRITO	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	2. VAGO	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
CLEITINHO		1. VAGO	

Não Membros Presentes

NELSINHO TRAD
FABIANO CONTARATO
IZALCI LUCAS
PROFESSORA DORINHA SEABRA
ANGELO CORONEL
ELIZIANE GAMA
ZENAIDE MAIA
PAULO PAIM
ASTRONAUTA MARCOS PONTES



DECISÃO DA COMISSÃO

(REQ 6/2025 - CEsp)

NA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESPORTE, REALIZADA EM 3/12/2025, É APROVADO O RELATÓRIO DA SENADORA MARA GABRILLI, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL À APRESENTAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 224 E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, DE INDICAÇÃO A SER ENCAMINHADA AO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PARA SUGERIR AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), EM ARTICULAÇÃO COM O MINISTÉRIO DO ESPORTE (MESP), A CRIAÇÃO DE UMA MODALIDADE OU DIRETRIZ ESPECÍFICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA, QUE VISE GARANTIR O ACESSO LOGÍSTICO E O TRANSPORTE ADAPTADO DOS BENEFICIÁRIOS DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE (PPBR).

03 de dezembro de 2025

Senadora Leila Barros

Presidente da Comissão de Esporte

